



Jornalismo com traços de literatura: alguns apontamentos sobre o gênero diversional¹

Francisco de ASSIS²

Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

RESUMO

O trabalho apresenta uma revisão a respeito do gênero jornalístico diversional. Trata-se, portanto, de um estudo de natureza bibliográfica. Fez-se um levantamento daquilo que já havia sido publicado sobre o assunto, estabelecendo alguns pontos para seu entendimento. Como contribuição, situa tal gênero na fronteira que separa o jornalismo da literatura, por compreender que tal tipo de produção é caracterizado pela informação verídica estruturada com recursos literários.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; gêneros jornalísticos; gênero diversional.

APONTAMENTOS INICIAIS

A classificação dos produtos originados do fazer jornalístico tem motivado boa parte da comunidade acadêmica da comunicação, no Brasil e no mundo. Recentemente (2009), apenas para citar, um grupo de pesquisa foi criado no âmbito da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)³, com a finalidade de sistematizar as reflexões nacionais existentes a respeito de gêneros jornalísticos e, conseqüentemente, tornar o assunto acessível não só a professores, alunos e profissionais da área, mas também a alguma parcela interessada da sociedade. Além dessa iniciativa, é de conhecimento que muitos pesquisadores – individualmente ou em grupo – também têm procurado delimitar fronteiras dentro do vasto terreno da imprensa.

Mas falar sobre gêneros jornalísticos não é tarefa simples. A complexidade com

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do 9º Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 32º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando em Comunicação Social e especialista em Jornalismo Cultural pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Jornalista formado pela Universidade de Taubaté (Unitau) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Comunicação (Nupec), na mesma instituição. Membro do grupo Pensamento Comunicacional Latino-Americano, vinculado à Cátedra Unesco/Methodista de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Secretário executivo do GP Gêneros Jornalísticos, da Intercom. Editor da revista *Acervo On-line de Mídia Regional*. E-mail: francisco@assis.jor.br

³ Coordenado pelo prof. Dr. José Marques de Melo, o GP Gêneros Jornalísticos, subordinado à Divisão Temática de Jornalismo, foi criado com os seguintes objetivos: 1) revisar criticamente o conhecimento acumulado sobre gêneros jornalísticos, elaborando relatos periódicos sobre o estado da arte; 2) observar sistematicamente a natureza dos gêneros jornalísticos cultivados pela mídia brasileira, disseminando estudos que possam suscitar o diálogo com os seus produtores e usuários; 3) elaborar material didático sobre gêneros jornalísticos para uso nas universidades e escolas de segundo grau de todo o país; e 4) manter permanente diálogo com os membros da comunidade acadêmica mundial que se dedicam ao estudo desse objeto.



que as propostas classificatórias se apresentam, bem como as tensões existentes na aproximação de referenciais teóricos com a prática do mercado, exige uma constante atualização a respeito desse objeto, que sofre consideráveis alterações em curto espaço de tempo.

Fora isso, também há de se notar que – especificamente no cenário brasileiro –, apesar de uma considerável massa de pesquisadores se propor a observar os gêneros, principalmente em pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, são poucos os referenciais teóricos que sinalizam possíveis classificações para os textos jornalísticos.

No que diz respeito ao estudo da mídia impressa, em particular, as principais referências são de três autores. O primeiro é Luiz Beltrão (1969; 1976; 1980), pioneiro das reflexões sobre o assunto, as quais apontam o que era de comum acordo entre profissionais de seu tempo. Em seguida, destaca-se José Marques de Melo (2003; 1992; 2006a; 2006b; 2006c), primeiro com sua tese de livre-docência defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), em 1983, na qual se dedica especial atenção ao gênero opinativo; depois, com a orientação de investigações empíricas realizadas junto a um jornal de prestígio nacional, em 1985; e, por fim, com a revisão de sua classificação, no final da década de 1990, cujos resultados encontram-se em *paper* assinado por Dias et al (1998) e em materiais pedagógicos produzidos nos anos 2000. O terceiro é Manuel Carlos Chaparro (2008), que elaborou um estudo comparativo entre jornais brasileiros e portugueses, mas que, mesmo apresentando uma proposta classificatória, já considera necessário quebrar as barreiras que separam opinião e informação, mediante o momento atual da imprensa.

Entende-se, dentro desse panorama, que ainda é necessário o desenvolvimento e – principalmente – a difusão de estudos avançados sobre a tipologia do jornalismo. E uma possibilidade seria a de investigar cada gênero e formato separadamente, a fim de que as características destes possam ser visualizadas mais detalhadamente, como bem alerta Costa (2008).

A presente reflexão toma, como ponto de partida, o panorama sistematizado por Marques de Melo. Comunga de suas ideias e defende que a classificação dos gêneros deve obedecer a dois critérios fundamentais: 1) agrupamento dos gêneros, conforme a intencionalidade dos textos; 2) características da estrutura dos relatos jornalísticos. Vale ainda dizer que, para o autor (MARQUES DE MELO, 2006c), os gêneros jornalísticos



correspondem a uma parcela do universo processual da comunicação social, cuja abrangência vai das maiores ações às menores unidades. A saber:

- **Campo** (domínio, esfera, âmbito) → comunicação.
- **Conjunto** (reunião das partes que formam o todo) → 1) interpessoal; 2) grupal; ou 3) massiva.
- **Modalidade**⁴ (forma, aspecto ou característica) → 1) bibliográfica (livros e assemelhados); 2) periodística (jornais e revistas); 3) cinematográfica (cinema); 4) fonográfica (discos); 5) radiofônica (rádio); 6) televisiva (televisão); 7) videográfica (vídeo); 8) cibernética (computador).
- **Categoria**⁵ (caráter, natureza, hierarquia) → 1) jornalismo; 2) propaganda; 3) educação; 4) entretenimento.
- **Gênero**⁶ (classe cuja extensão se divide em outras classes) → 1) informativo; 2) interpretativo; 3) opinativo; 4) diversional; 5) utilitário.
- **Formato**⁷ (feito, forma) → 1) jornalismo informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista); 2) jornalismo interpretativo (dossiê, perfil, enquete, cronologia); 3) jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, carta, caricatura); 4) jornalismo diversional (história de interesse humano, história colorida); 5) jornalismo utilitário (indicador, cotação, roteiro, serviço)⁸.

De ordem funcionalista, a proposta aqui apresentada situa o gênero diversional no limite entre o jornalismo e a literatura. É jornalismo porque seu caráter essencial reside na veracidade do fato narrado, não incluindo qualquer dado irreal. Afinal, “a matéria prima do jornalismo é a realidade. Os jornalistas trabalham exclusivamente com relatos verossímeis, sendo inadmissível a transgressão da fronteira entre realidade e ficção” (MARQUES DE MELO, 2006d). Todavia, sua estrutura textual ancora-se no estilo apregoado pela literatura, fazendo uso de recursos que buscam humanizar o texto e torná-lo agradável aos leitores (MEDINA, 2003).

Tem-se, desse modo, que a função do gênero em relevo é proporcionar certa

⁴ Modalidades do conjunto 3 – “comunicação massiva”.

⁵ Categorias da modalidade 2 – “periodística”.

⁶ Gêneros da categoria 1 – “jornalismo”.

⁷ Formatos dos gêneros jornalísticos.

⁸ Ao rever sua posição a respeito dos gêneros jornalísticos, Marques de Melo inclui, como desdobramento do tópico “Formato”, o item “Tipo” (exemplar, modelo). Exemplo: reportagem → reportagem-padrão; grande reportagem; reportagem investigativa etc.



dose de diversão, ao mesmo tempo em que informa, distanciando-se dos demais gêneros por seu aspecto estrutural. Partindo desse pressuposto, a discussão que segue percorre alguns referenciais que possibilitem a compreensão de tal objeto.

DIVERTIR, FUNÇÃO DA IMPRENSA

A teoria funcionalista da mídia, conforme esclarece Wolf (2005), caracteriza-se principalmente pela observação da função cumprida pelos meios de comunicação dentro do organismo social. Orienta, dentro do contexto em que foi formulada – período pós-Segunda Guerra Mundial –, que o equilíbrio do sistema resulta do cumprimento de papéis específicos, conforme as exigências dentro de um conjunto.

É dentro desse panorama que se coloca esta discussão sobre os gêneros jornalísticos. Diante disso, para que se possa jogar luzes, especificamente, sobre o gênero diversional, é preciso visualizar os conceitos a respeito do desempenho da comunicação de massa, cujas primeiras referências são de Harold Lasswell.

O modelo lasswelliano pressupõe três funções para a comunicação: 1) vigilância sobre o meio ambiente (informacional); 2) correlação das partes da sociedade em resposta ao meio (persuasiva); 3) transmissão da herança social de uma geração para a outra (educacional) (LASSWELL, 1987). Cabe lembrar que tais considerações foram feitas em 1948.

Anos mais tarde, em 1959⁹, Charles Wright revê as ideias esboçadas por Lasswell. E se, antes, o processo comunicacional indicava as atividades de informar, persuadir e educar, agora também compreende o lazer como componente desse contexto. Na tentativa de explicar tal cenário, Wright (1968, p. 19) indica o seguinte:

A detecção prévia consiste na coleta e distribuição de informações sobre os acontecimentos do meio ambiente, tanto fora como dentro de qualquer sociedade particular. Até certo ponto, isso corresponde ao que é conhecido como manipulação de *notícias*. Os atos de correlação, aqui, incluem a interpretação das informações sobre o meio ambiente e a interação de conduta em reação a esses acontecimentos. Em geral, essa atividade é popularmente classificada como *editorial*, ou *propaganda*. A transmissão de cultura se faz através da comunicação das informações, dos valores e normas sociais de uma geração a outra ou de membros de um grupo a outros recém-chegados. Comumente, é identificada como atividade *educacional*. Por fim, o *entretenimento* compreende os atos comunicativos com a intenção de distração, sem qualquer preocupação com os efeitos instrumentais que eles possam ter.

⁹ A proposta de Charles Wright foi apresentada em 1959, durante o 4º Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Milão, na Itália (WOLF, 2005, p. 54).



Posteriormente, as leituras e apropriações dos paradigmas aqui descritos revelaram considerações muitas vezes controversas. Beltrão (1980, p. 13), por exemplo, entende que a atividade jornalística é formada por quatro funções básicas: informar, orientar, opinar e divertir. Para ele, a diversão (o entretenimento) é “um meio de fuga às preocupações do cotidiano ou costumeiro, uma pausa no ramerrão, um preenchimento dos lazes com algo reparador do dispêndio de energias reclamado pela própria atividade vital de informar-se...”. Todavia, ao estipular uma taxionomia dos gêneros do jornalismo, não inclui a diversão categoria a ser considerada.

Essa atitude é explicada por Marques de Melo (2003, p. 60) com a seguinte justificativa: “Lendo cuidadosamente a obra de Beltrão, percebemos que ele coincide com a atitude de [Raymond] Nixon, encarando o jornalismo como uma atividade *séria*, onde não há lugar para a brincadeira, para a diversão”. Entretanto, tal argumento pode ser questionável, pois o próprio Beltrão (1980, p. 14) afirma que “os recursos diversionais oferecidos pelos órgãos jornalísticos devem, na medida do possível, manter o atributo da atualidade, inovando, através de neologismos, personagens e episódios contemporâneos”. Faltou a ele, portanto, enquadrar a diversão como categoria jornalística, o que posteriormente foi feito por Marques de Melo.

SOBRE O GÊNERO DIVERSIONAL

Projetar o jornalismo no campo do divertimento e do lazer é assumir que há produção e consumo de “informação que diverte” (DIAS et al, 1998). Obviamente, a diversão à qual estas linhas se referem não é exatamente igual ao divertimento proporcionado por espaços humorísticos vigentes na imprensa, como seções de piadas, histórias em quadrinhos, entre outros formatos que não têm a obrigação de abordar assuntos diversos de maneira verossímil. Ao gênero jornalístico diversional, portanto, cabe proporcionar certa dose de diversão, de entretenimento, ao público, por meio de conteúdo interessante, que seja agradável de ler, de ouvir ou de assistir.

Ao longo dos anos, os pesquisadores que se propuseram a estudar o gênero jornalístico diversional esbarraram em algumas controvérsias sobre sua existência. Marques de Melo, como já foi mencionado, em trabalho elaborado na década de 1980 e reeditado no início dos anos de 2000, não considerava a diversão um gênero autônomo, mas, sim, um “mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e o seu público e não transcende a descrição da realidade, apesar das formas



que sugerem sua dimensão imaginária” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 64).

Tal constatação espelhava a realidade da imprensa brasileira da década de 1980. Porém, como gêneros não podem ser entendidos fora de um contexto, Marques de Melo (2006b) revisou suas considerações a respeito do gênero diversional, considerando-o, em reflexões recentes, como uma produção que

surge no pós-guerra como contingência do jornalismo, no sentido de sobreviver num ambiente midiático dominado pelo entretenimento. A ascensão do *show business* contamina a produção jornalística, introduzindo ao resgate de certas formas de expressão que mimetizam os gêneros ficcionais, embora os relatos permaneçam ancorados na realidade.

Olhando por essa perspectiva, entende-se que o gênero diversional compreende relatos jornalísticos, elaborados com técnicas de redação e escrita comuns aos textos literários. Mas, apesar de fazer uso desses recursos, deve primar pela verossimilhança do fato narrado, sem a qual tal conteúdo pode colocar a credibilidade do jornalismo a perder.

Raymond Nixon (apud MARQUES DE MELO, 2003, p. 30) afirma que a função do gênero diversional é preencher o momento de ócio das pessoas, que se tornou maior em meados do século 20, período em que se começou a repensar a qualidade de vida da população mundial – ou, pelo menos, de boa parte dela – e em que horas e dias de descanso, bem como períodos de férias, passaram a ser gozados pelos trabalhadores. Com isso, o jornalismo precisou encontrar formas de propiciar diversão para os momentos de folga de seu público, oferecendo a eles informações, seções e demais espaços editoriais capazes de entretê-los.

Fazendo uma revisão atenta à vasta bibliografia existente a respeito do jornalismo e de sua evolução, observa-se que as características do gênero diversional correspondem às características do *new journalism* americano (MUGGIATI et al, 1971; WOLFE, 2005) – tratado mais comumente no Brasil pelo nome de “novo jornalismo” (FARO, 1999).

Considerado como marco inicial de uma nova proposta de produção jornalística, o *new journalism* aflorou nos Estados Unidos da década de 1960, em meio à Guerra Fria, período de grandes transformações na história da humanidade, tais como a corrida espacial, o fortalecimento da cultura hippie, os movimentos de contracultura, entre outras.

O *new journalism* é considerado, por alguns autores, como o paradigma de uma



nova era para a imprensa. Erbolato (2006) dá a entender que tal produção se diferencia por seu estilo “mais ameno e atrativo”, diferente do estilo das notícias redigidas num tom formal, cuja estrutura visa, basicamente, a responder às perguntas do *lead* (quem, o que, quando, onde, como e por quê?). Para ele, “o Novo Jornalismo, aceito também como Jornalismo Diversional [...] passou a oferecer textos de muito agrado, abordando assuntos que, até a época, eram sempre apresentados com aridez ou através de construções estereotipadas e formais, despidas de interesse...” (ERBOLATO, 2006, p. 44).

Wolfe (2005), jornalista americano e um dos mentores do *new journalism*, explica aquela fase de maneira clara, mostrando que as inovações propostas na ocasião eram vistas como a possibilidade de se promover algo inovador, diferente e audacioso no jornalismo. Sobre o tema, o autor relata o seguinte:

O que me interessava não era simplesmente a descoberta da possibilidade de escrever não-ficção apurada com técnicas em geral associadas ao romance e ao conto. Era isso e mais. Era a descoberta de que era possível na não-ficção, no jornalismo, usar qualquer recurso literário, dos dialogismos tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar muitos tipos diferentes ao mesmo tempo, ou dentro de um espaço relativamente curto [...] para excitar tanto intelectual como emocionalmente o leitor (WOLFE, 2005, p. 28).

No Brasil, o mesmo movimento de renovação promovido nos Estados Unidos teve seu apogeu no final da década de 1960, com a revista *Realidade*, publicada mensalmente pela Editora Abril, de 1966 a 1976¹⁰. O código proposto pelo *new journalism*, ou novo jornalismo, foi visivelmente adotado pela publicação brasileira, que publicava textos extensos, construídos com a adoção de elementos ficcionais, sem perder a veracidade de suas informações (FARO, 1999).

Faro (1999, p. 517) observa que esse tipo de produção reconfigurou até mesmo o papel do jornalista, uma vez que o “nível de autonomia de seu trabalho” ganhou novos horizontes pela própria abordagem instituída pelo novo jornalismo. Conforme Muggiati et al (1971, p. 10), é uma “verdadeira fusão do escritor e do jornalista”.

Outra possibilidade de entendimento do gênero diversional é sugerida por Dejavitte (2006), que trabalha com a expressão “infotimento”, neologismo criado na década de 1980 e que ganhou força na imprensa mundial na década subsequente. Trata-

¹⁰ Embora a revista *Realidade* tenha encerrado suas atividades em 1976, sua característica original, correspondente ao *new journalism*, só foi mantida até o final de 1968, quando do decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), durante a gestão do General Arthur da Costa e Silva. Em plena Ditadura Militar, a imprensa passou a ser censurada pelo governo, perdendo sua autonomia e sua identidade.



se de um tipo de jornalismo que une informação, prestação de serviço e divertimento:

O jornalismo de INFOtenimento é o espaço destinado às matérias que visam informar e divertir, como, por exemplo, os assuntos sobre estilos de vida, as fofocas e as notícias de interesse humano – os quais atraem, sim, o público. Esse termo sintetiza, de maneira clara e objetiva, a intenção editorial do papel de entreter no jornalismo, pois segue seus princípios básicos ao mesmo tempo que atende às necessidades de informação do receptor dos dias de hoje. Enfim, manifesta aquele conteúdo que informa com diversão (DEJAVITE, 2006, p. 72).

Mesmo compreendendo que jornalismo e entretenimento estabelecem elos em determinadas circunstâncias, Dejavitte não trata do infotenimento como gênero jornalístico e sim como uma “especialidade jornalística”. Além disso, a autora também não aponta quais são os elementos característicos desse “jornalismo de infotenimento”, resumindo sua explicação ao fato de se tratar do “conteúdo estritamente editorial (matérias jornalísticas)” destinado “à informação e ao entretenimento” (DEJAVITE, 2006, p. 91).

Para resumir as ideias apresentadas, cabe dizer que o gênero diversional corresponde a conteúdos destinados à distração do leitor, mas que, ao mesmo tempo, em nada deixam a desejar em termos de veracidade das informações e de seu conteúdo. Trata-se, naturalmente, de um tipo de texto voltado à apreciação do público, que tem a possibilidade de ocupar seu tempo livre com a leitura de tais relatos.

POR QUE NÃO “JORNALISMO LITERÁRIO”?

O gênero jornalístico diversional ainda pode ser analisado a partir da definição da corrente de estudiosos que defendem a existência do “jornalismo literário”. Isso porque, como já foi dito, ambos são definidos da mesma maneira, isto é, como tipos de produção jornalística que se valem de técnicas narrativas literárias.

Pena (2006, p. 21) defende o jornalismo literário como gênero autônomo, composto por outros subgêneros – tais como a biografia e o romancerreportagem –, e entende que textos dessa natureza convergem várias vertentes do jornalismo: “Ao juntar elementos presentes em dois gêneros diferentes, transformo-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose”. E deixa claro: “Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão



misturados”.

Avaliando tal prática, mais especificamente o trabalho de Gay Talese¹¹, Werneck (2004, p. 525) garante que essa categoria corresponde ao jornalismo que “sem se afastar da trilha da informação, busca torná-la também saborosa, enriquecendo-a com recursos da narrativa de ficção”. Entende ele, ainda, que textos dessa natureza não devem ser apontados como frutos de jornalistas que, no fundo, prefeririam fazer literatura. “Nada disso. Ao se valer de instrumentos da narrativa de ficção, o bom jornalista, longe de querer embelezar seu texto, está empenhado numa indispensável empreitada de sedução – sem a qual corre o risco de simplesmente não ser lido”.

Todavia, a presente discussão, apesar de reconhecer que as características do produto denominado “jornalismo literário” são semelhantes às do gênero aqui destacado, não considera pertinente tal nomenclatura. A começar pelo fato de que o termo “literatura” está fortemente relacionado ao trabalho de autores de ficção: comumente tal expressão é utilizada como referência a obras de renomados escritores que produzem obras em “prosa ou verso”, para usar a definição dada pelo *Dicionário Aurélio* (1994).

Uma segunda argumentação a respeito da impertinência da denominação encontra respaldo nas considerações de Necchi (2007, p. 6), que assegura:

Quando se fala em jornalismo literário, eventualmente há uma tendência equivocada de confundir o gênero com o “novo jornalismo”, como se fossem sinônimos. Na verdade, novo jornalismo é um momento específico, uma fase do jornalismo literário verificada nos anos 1960 e ancorada, principalmente, no surgimento de obras de autores como Truman Capote, Norman Mailer, Gay Talese e Tom Wolfe. Aquela década era propensa ao questionamento e à ruptura.

Amparado principalmente em discussões levantadas por profissionais atuantes no mercado jornalístico – como Eliane Brum¹² e João Moreira Salles¹³ –, Necchi (2007, p. 12) entende que o uso de tal terminologia denota uma espécie de entusiasmo por um jornalismo menos preso aos padrões tradicionais da notícia – com as respostas às

¹¹ Jornalista norteamericano, Gay Talese ficou mundialmente conhecido pelo estilo de seus textos, muitos deles compilados em livros. É identificado, também, como escritor de “não-ficção”.

¹² Autora do livro *A vida que ninguém vê*, coletânea de textos ao estilo do gênero diversional, publicados originalmente no jornal *Zero Hora*.

¹³ Documentarista e *publisher* da revista *Piauí*.



perguntas do *lead* e o tratamento “imparcial”¹⁴ da informação – e mais voltado a um trabalho de apuração e redação elaborado com certa dose de sensibilidade. Mesmo assim, destaca que “a palavra ‘literário’ poderia sugerir, equivocadamente, que seria mal escrito o que estivesse fora desse escopo”.

Embora os termos diversional/diversão também sejam questionáveis, como bem observa Costa (2008, p. 88), a defesa que aqui se faz é a de que os textos com as características que serão apresentadas a seguir tendem mais à finalidade de entreter o público do que, propriamente, a se constituírem como material literário. A bem da verdade, é fato que, dentro das redações, pouco (ou quase nada) se fala sobre o gênero diversional; no dia a dia, jornalistas tendem a reduzir a classificação dos conteúdos produzidos por eles aos tradicionais formatos “nota”, “notícia” e “reportagem”. Entretanto, não é raro ouvir um editor solicitar ao repórter uma “reportagem mais elaborada”, um “texto mais atraente”, uma “abertura envolvente”, uma “matéria humanizada”. As muitas e possíveis nomenclaturas sugeridas pelos profissionais do mercado são vestígios de que realmente há determinados conteúdos com aspectos diferentes do gênero informativo. Cabe às reflexões em torno dessa prática o papel de estabelecer taxionomias capazes de elucidar o assunto.

OS FORMATOS DO GÊNERO DIVERSIONAL

Neste trabalho, adota-se como modelo de classificação o proposto por Marques de Melo – encontrado em Dias et al (1998, p. 14) –, que submete ao gênero diversional os formatos “história de interesse humano” e “história colorida”. Entende-se, a partir da consideração dos autores, que o primeiro deles “utiliza um arsenal peculiar ao universo da ficção para abordar um fato que foi notícia retomado na sua dimensão humana com a finalidade de suscitar o interesse e a atenção do público”; já o segundo é visto como um formato que “descreve uma situação em que se desenvolve o fato”, cuja ênfase está “no modo como a história se desenvolve e não na informação”.

De acordo com Beltrão (1969), histórias de interesse humano são aquelas cuja carga emocional ultrapassa inclusive o próprio valor da notícia. Por isso mesmo, é função do jornalista identificar, no fato a ser informado, o que de mais interessante pode haver para o leitor, para assim utilizar os recursos comuns aos escritores de ficção

¹⁴ Embora considerado um mito, o termo “imparcialidade” remete ao estilo do jornalismo norteamericano implantado no Brasil no século 20: um tipo de trabalho que valoriza a notícia (construída a partir das respostas às perguntas do *lead*), em detrimento do “nariz de cera”.



durante a composição de seu trabalho.

Beltrão (1966, p. 377) ainda percebe que há quatro características básicas de textos dessa natureza: 1) ação (ou seja, o fato é narrado e não simplesmente descrito ou relatado); 2) clímax emocional (predominância de aspectos que surpreendem o leitor); 3) veracidade absoluta (evita-se a apropriação de detalhes imaginados para “enriquecer” a narrativa); e 4) adequação (recursos literários incorporados à informação). Segundo ele, esse tipo de produção é feito “à base de fatos diversos, que se registram em qualquer campo da atividade dos indivíduos e da vida em comunidade”.

Nos Estados Unidos, uma referência ao tipo de jornalismo aqui estudado encontra-se no manual de redação da Associated Press, com o nome de *features*. Segundo as especificações da mais antiga agência de notícias norte-americana, a elaboração desse tipo de conteúdo não se limita aos critérios de importância e interesse apregoados pelos tradicionais valores-notícia. “Os mais interessantes *features* suplementam as notícias de diferentes maneiras: elas iluminam eventos, oferecem perspectivas, explicam e interpretam, registram tendências, contam às pessoas sobre outras pessoas” (CAPPON, 1991, p. 115, tradução nossa).

Temer (2002) observa que a história de interesse humano, em alguns momentos, pode parecer irrelevante dentro de um contexto social, por conta de outros assuntos mais pertinentes e até mesmo mais urgentes de serem tratados pela mídia. No entanto, esse formato conquista seu lugar na imprensa, seja nos veículos impressos ou na TV, a partir do momento em que desperta a curiosidade e a emoção do público. Em trabalho mais recente, a mesma autora reafirma que esse tipo de produção sempre foi “uma receita eficiente para atrair o público”, exatamente porque “o que distingue a história de interesse humano do restante do material publicado é que sua valorização, enquanto notícia, ocorre em função unicamente da sua carga emocional” (TEMER, 2007, p. 68).

Na outra ponta do gênero diversional, a história colorida corresponde a relatos jornalísticos que privilegiam as características dos fatos, isto é, dão ênfase aos detalhes que compõem determinado acontecimento. “Trata-se de uma leitura impressionista, que penetra no âmago dos acontecimentos, identificando detalhes enriquecedores, capazes de iluminar a ação de agentes principais e secundários” (MARQUES DE MELO, 2006a).

Camps e Pazos (1996, p. 138), ao tratarem dos gêneros jornalísticos, identificam que *nota de color* ou *nota color* são textos estruturados a partir de aspectos pessoais dos



protagonistas e do ambiente em que se desenrola um fato. Segundo eles,

Es la que cuenta una historia o describe una situación poniéndole acento en el modo como se desarrolla o planeta, antes que en la información. Los recursos de la redacción, por lo tanto, son más literarios que periodísticos, ya que pasan fundamentalmente por la utilización de imágenes sensoriales y por la transmisión de emociones y sentimientos.

Já Serra e Ritacco (2004, p. 107) compreendem que a história colorida é um relato de estilo livre, mas subordinado a algum assunto já trabalhado por outros gêneros e formatos jornalísticos. “No funciona solo: siempre es complemento de una nota o crónica principal”. Os autores, assim como Camps e Pazos, advertem que a história colorida não tem a obrigação de responder aos questionamentos do *lead*. Seu objetivo é relatar os acontecimentos a partir de seu clima, de sua atmosfera e das emoções percebidas pelo repórter responsável pela apuração.

APONTAMENTOS FINAIS

Não obstante o gênero diversional receba diferentes denominações, classificá-lo enquanto categoria do jornalismo é reconhecer que há espaço, dentro imprensa, para a elaboração de material que vá além do *hard news*, para citar o jargão. Trata-se da possibilidade de o jornalista aprofundar e apurar o olhar a respeito do cenário noticioso, retirando dele o que de mais interessante e curioso possa haver.

E tanto a bibliografia nacional quanto a bibliografia internacional a respeito do assunto estão de comum acordo: o gênero aqui colocado em destaque oferece entretenimento junto com a informação. A diversão, portanto, pode ser considerada um caractere do jornalismo, fazendo com que a este não fiquem reservados somente os conteúdos considerados “sérios” ou “sóbrios”.

No que diz respeito aos traços da literatura, evocados no título desta discussão, é sempre bom reforçar: eles representam, única e exclusivamente, os recursos utilizados para a construção de textos. Jornalistas, de forma alguma, podem se prestar a fazer literatura ficcional em espaços destinados à informação. A verossimilhança dos relatos é, por isso, o que determina a essência do gênero diversional.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, L. **A imprensa informativa**: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário. São Paulo: Folco Masucci, 1969.



BELTRÃO, L. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

CAPPON, R. J. **The Associated Press guide to news writing**. 2. ed. New York: Arco, 1991.

CAMPS, S.; PAZOS, L. **Así se hace periodismo**: manual práctico del periodista gráfico. Buenos Aires: Paidós, 1996.

CHAPARRO, M. C. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos. São Paulo: Summus, 2008.

COSTA, L. A. **Teoria e prática dos gêneros jornalísticos**: estudo empírico dos principais diários das cinco macro-regiões brasileiras. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

DEJAVITE, F. A. **Infotainment**: informação + entretenimento no jornalismo. São Paulo: Sepac/ Paulinas, 2006.

DIAS, P. R. et al. Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística: um estudo do jornal “Folha de S. Paulo” e da revista “Veja”. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 21., 1998, Recife. **Anais...** Recife, PE: Intercom, 1988.

ERBOLATO, M. L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

FARO, J. S. Realidade e o Novo Jornalismo. In: MARQUES DE MELO, J.; CASTELO BRANCO, S. (Org.). **Pensamento comunicacional brasileiro**: o grupo de São Bernardo (1978-1998). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 1999.

LASSWELL, H. D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, G. (Org.). **Comunicação e indústria cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” na sociedade. 5. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

MARQUES DE MELO, J. **Formatos jornalísticos**: evidências brasileiras. Pesquisa realizada no jornal “Folha de S. Paulo”, 28/03/2005. 2006a. (Original do autor).

_____. **Gêneros da comunicação de massa**: análise dos gêneros e formatos jornalísticos. 2006b. (Original do autor).

_____. **Gêneros da comunicação de massa**: teoria dos gêneros midiáticos. 2006c. (Original do autor).

_____. **Jornalismo e ética**. 2006d. (Original do autor).



MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de S.Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Summus, 2003.

MUGGIATI, R. et al. **Jornalismo diversional**. São Paulo: ECA-USP, 1971.

NECCHI, V. **A (im)pertinência da denominação “jornalismo literário”**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos, SP: Intercom, 2007.

PENA, F. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

SERRA, A.; RITACCO, E. **Curso de periodismo escrito: los secretos de la profesión desde la teoría universitaria**. Buenos Aires: Atlántida, 2004.

TEMER, A. C. P. **Notícias & serviços nos telejornais da Rede Globo**. Rio de Janeiro: Sotese, 2002.

_____. Reflexões sobre a tipologia do material jornalístico: o jornalismo e as notícias. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 30, n. 1, jan./jun. 2007.

WERNECK, H. A arte de sujar os sapatos. In: TALESE, G. **Fama e Anonimato**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WOLFE, T. **Radical chique e o Novo Jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WRIGHT, C. R. **Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.